

**MINUTA DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE Nº 009/2022
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA
GABINETE DA PREFEITA E SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO,
INFRAESTRUTURA, GOVERNO E PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER,
DESENVOLVIMENTO RURAL, SEGURANÇA PÚBLICA, TRÂNSITO, TRANSPORTE E
ADMINISTRAÇÃO VIÁRIA**

A Prefeitura do Município de Irauçuba, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio de suas Secretarias Municipais, no uso legal de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que a partir do dia 05 de dezembro de 2022, fica aberto o Edital de CHAMADA PÚBLICA objetivando o **Credenciamento Permanente de Entidades do tipo OSC que possuam interesse em firmar TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO ou ACORDO DE COLABORAÇÃO na forma determinada na Lei Federal nº 13019/2014 e regulamentações posteriores junto a todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Irauçuba**, obedecidos os fundamentos legais constantes na Lei Federal nº. 14.133/2021, em especial aos artigos 6º, inciso XLIII c/c 78, inciso I e 79, parágrafo único, inciso I e suas regulamentações posteriores, nos Princípios que regem a Administração Pública e demais disposições legais pertinentes.

1. OBJETO

1.1. Constitui-se objeto do presente Edital o Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil (OSC) regularmente constituídas para o **Credenciamento Permanente de Entidades do tipo OSC que possuam interesse em firmar TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO ou ACORDO DE COLABORAÇÃO na forma determinada na Lei Federal nº 13019/2014 e regulamentações posteriores junto a todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Irauçuba.**

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do Processo de Chamamento Público TODAS as OSC que atendam às exigências contidas na Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 29/2019.

2.1.1 - Para os fins deste edital, considera-se OSC as pessoas jurídicas que se enquadrem nas definições do artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014, com a redação dada pela Lei Federal nº 13.019/2014.

2.2. As instituições interessadas, atendidos os requisitos legais, deverão apresentar requerimento de Chamamento Público, conforme anexo I, acompanhado de toda a documentação elencada no item 3 do presente instrumento convocatório, junto à cada Secretaria participante desse CHAMAMENTO PÚBLICO no endereço: Rua Walmar Braga, 507 - Centro, IRAUCUBA/CE a partir de 05 de dezembro de 2022, no horário das 08h00min às 12h00min, nos dias úteis.

2.2.1. O acesso ao Edital e respectivos anexos será disponibilizado por meio do site oficial da Prefeitura Municipal de IRAUCUBA/CE (<https://www.iraucuba.ce.gov.br>) e/ou pelo site do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE (<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas>) e/ou presencialmente na sede da Administração Municipal, no endereço Rua Walmar Braga, 507 - Centro, IRAUCUBA/CE.

2.2. A documentação de habilitação deverá ser protocolada, em 01 (um) envelope lacrado contendo na parte externa/frente os seguintes dados:

Credenciamento de Organização da
Sociedade Civil

Edital de Credenciamento nº. 009/2022-PMI

Entidade:

Endereço:

CNPJ:

Nº Telefone:

E-mail:

2.3. As Organizações da Sociedade Civil, interessadas em formalizar Termo de Colaboração ou Termo de Fomento e Acordo de Cooperação deverão obrigatória e cumulativamente atender aos seguintes requisitos:

I. Dispor de objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, I, e art. 35, III, da Lei nº 13.019/2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§2º e 3º, da Lei nº 13.019/2014);

II. Assegurar que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (Art. 33, III, da Lei nº 13.019/2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§2º e 3º, da Lei nº 13.019/2014);

III. Realizar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, IV, da Lei nº 13.019/2014);

IV. Possuir, conforme o art. 33, V, da Lei nº 13.019/2014:

a. No mínimo, 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. Instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e cumprimento de metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil, por meio de Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada (§5º). A Capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, será definida em cada Edital específico, cabendo ao presente procedimento a aferição de capacidade civil para Cadastramento em fins de qualificação. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada (§5º), nessa oportunidade.

c. Atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a Organização da Sociedade Civil se tratar de sociedade cooperativa (Art. 2º, I, alínea "b", e art. 33, §3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

2.4. A validade do Chamamento Público está condicionada a manutenção regular da documentação apresentada, principalmente das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

2.5. Quando da realização do Chamamento Público ou avaliação para dispensa, na fase de apresentação de propostas e planos de trabalho, serão exigidos documentos atualizados, caso estejam vencidos.

2.6. O Chamamento Público da entidade poderá ser cassado, tempestivamente, caso apresente pendências na documentação apresentada pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC).



2.7. As entidades devem garantir acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto da parceria.

3. CONDIÇÕES PARA CHAMAMENTO PÚBLICO – HABILITAÇÃO

3.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá delegar poderes a outrem para que este a represente sumariamente junto ao CHAMAMENTO PÚBLICO, oportunidade em que ocorrendo, fará a Comissão de Seleção, exigência de apresentação dos seguintes documentos:

- Instrumento Público de Procuração que conceda ao representante, poderes legais, ou
- Instrumento Particular de Procuração, com assinatura reconhecida em cartório, que conceda aos representantes poderes legais, cuja comprovação far-se-á através da apresentação de cópia autenticada (ou original) do Ato Constitutivo, do Estatuto ou do Contrato Social.

OBSERVAÇÕES:

- No Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverão constar, expressamente, os poderes para praticar todos os atos inerentes ao presente CHAMAMENTO PÚBLICO.
- O CHAMAMENTO PÚBLICO não traz obrigatoriedade para as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Irauçuba da formação e execução dos TERMOS DE COLABORAÇÃO, dos TERMOS DE FOMENTO ou dos ACORDOS DE COOPERAÇÃO.

3.2. **Etapa Única: HABILITAÇÃO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO**

3.2.1. Objetiva credenciar as entidades de natureza privada, sem fins econômicos/lucrativos. O Chamamento Público da entidade será feito mediante requerimento encaminhado à Secretaria de Administração, que ficará responsável pela manutenção e coordenação do presente Chamamento Público, em conformidade com o anexo I, e apresentação obrigatória das documentações necessárias para formalizar o Chamamento Público.

3.2.2. As entidades que, nos termos definidos no artigo 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c” da Lei nº 13.019/2014, sejam consideradas como ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverão apresentar (e manter atualizados), por ocasião do CHAMAMENTO PÚBLICO, as devidas informações e documentações:

I. Habilitação Jurídica:

- Cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial, conforme art. 34, III, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Cópia legível do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;
- Cópia legível da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada na forma da lei;
- Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles (Art. 34, V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014);
- Documento que comprove que funciona no endereço declarado pela Organização da Sociedade Civil, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo, conforme Art. 34, VII, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Cópia legível da Carteira de Identidade ou documento equivalente e CPF do representante legal da OSC;
- Declaração de não ocorrência das vedações do artigo 39 da Lei Federal nº. 13.019/2014, conforme modelo do Anexo II deste Edital;

II. Regularidade Fiscal e Tributária:



Centro Administrativo – Sede da Secretaria da Administração
Rua Walmar Braga, 507, Centro | Irauçuba-CE | CEP: 62.620-000



licitacao@iraucuba.ce.gov.br



- a) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de REGULARIDADE de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- b) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão de regularidade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR), conforme Lei 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão consideradas regulares, as certidões positivas com efeito de negativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na ausência ou desconformidade de qualquer dos documentos exigidos neste edital, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para regularização.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade. Se a validade não constar de algum documento, o mesmo será considerado válido por um período de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

PARÁGRAFO QUARTO: Todos os documentos devem ser apresentados em original ou em cópias autenticadas por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4. COMISSÃO DE SELEÇÃO

4.1. Processamento do Chamamento Público e o julgamento da documentação exigida serão realizados através da Comissão de Seleção instituída pela Portaria nº 909, de 12/07/2022, nos termos do art. 27 da Lei nº 13.019/2014.

4.2. A Comissão poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

5. PROCEDIMENTOS/RECURSO

5.1. Cada entidade terá a sua solicitação de Chamamento Público analisada na ordem de protocolo, sendo que cada despacho de pendência ou esclarecimento remeterá a referida solicitação para o fim da fila.

5.2. As entidades deverão cumprir todas as exigências dispostas na Lei nº 13.019/2014 e neste Edital.

5.3. Na ausência ou desconformidade de qualquer dos documentos exigidos neste edital, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para regularização dos mesmos. Descumprido o prazo, a OSC será inabilitada.

5.4. Caso algum pedido de Chamamento Público seja indeferido, poderá ser interposto recurso, dirigido à Secretaria de Administração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da publicação do indeferimento no órgão oficial de comunicação, nos termos do art. 31 da Lei nº 13.019/2014.

5.5. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública através da sua autoridade superior, deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção, publicando-as também nos meios de comunicação do Município.

6. PRAZO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO

6.1. O Chamamento Público de que trata este Edital terá prazo indeterminado, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 79, parágrafo único, inciso I, sendo aberto para as OSC's em 14 de novembro de 2022.

7. PLANO DE TRABALHO

7.1. Para a celebração dos Termos de Fomento, a(s) entidade(s) credenciada(s) deverão apresentar o Plano de Trabalho, nos termos do art. 22 da Lei nº 13.019/2014, nos moldes a seguir:

a. Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

b. Descrição de metas (qualitativas e quantitativas) a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

c. Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

d. Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

e. Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

f. Demonstração de que as despesas relacionadas à execução da parceria) serão executadas nos exatos termos dos incisos XIX e XX do artigo 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, aliado, ainda, a apresentação de MANIFESTAÇÃO EXPRESSA, acerca do conhecimento da total vedação em:

I. Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II. Em pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

g. Não se constituirá vedação, o Plano de Trabalho que se erigir com o pagamento relativo à:

I. Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público, conforme regramento do art. 46 § 3º da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014;

II. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III. Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

IV. Excepcionalmente, mediante decisão discricionária da administração o custeio na forma do art. 46, inciso IV da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

h. Declaração de pleno conhecimento de que os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA determinada pelas Secretarias Municipais participantes, mediante as seguintes condições:

I. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

II. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Prefeitura Municipal de Irauçuba, à conta indicada pela autoridade competente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada via cientificarão da Controladoria Geral do Município;

III. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;

IV. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with 'unicef' and '2020-2022' and a circular stamp with 'TCE/IRAUÇUBA' and 'SUSCETIVÁVEL'.

8. IMPEDIMENTOS DA CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE COLABORAÇÃO, TERMOS DE FOMENTO OU ACORDOS DE COOPERAÇÃO POR ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

I. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria acima referenciada, prevista na Lei nº 13.019/2014, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que:

a. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

b. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

c. Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade do Município de Irauçuba-CE, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

d. Tenha tido as contas rejeitadas pelo Poder Executivo (Prefeitura Municipal de Irauçuba-CE nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se:

I. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

II. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

III. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

e. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

I. Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

III. A prevista no inciso II do artigo 73 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;

IV. A prevista no inciso III do art. 73 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;

f. Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

g. Tenha entre seus dirigentes pessoa:

I. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

II. Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

III. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992.

9. EVENTUAL E FUTURA FORMALIZAÇÃO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO, TERMOS DE FOMENTO OU ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

10. O presente CHAMAMENTO PÚBLICO não condiciona ao direito líquido e certo da celebração e formalização dos termos acima referenciados.

11. Em havendo a necessidade da celebração de tais instrumentos (FORMALIZAÇÃO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO, TERMOS DE FOMENTO OU ACORDOS DE COOPERAÇÃO), a Prefeitura Municipal de Irauçuba, somente as realizará com a observância das seguintes providências:

a. Indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria (TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO e ACORDO DE COOPERAÇÃO);

b. Demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

c. Aprovação do PLANO DE TRABALHO, a ser apresentado nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

d. Emissão de parecer de Órgão Técnico da Secretaria Municipal, notadamente acerca das seguintes situações:

I. Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria (TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO e ACORDO DE COOPERAÇÃO) adotada;



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the text 'TCECERARÁ SUSCETIVÁVEL' and '2017-2020'.

- II. Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria (TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO e ACORDO DE COOPERAÇÃO) prevista na Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;
- III. Da viabilidade de sua execução;
- IV. Da verificação do cronograma de desembolso;
- V. Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria (TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO e ACORDO DE COOPERAÇÃO), assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- VI. Da designação do gestor da parceria (TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO e ACORDO DE COOPERAÇÃO);
- VII. Da designação da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA (TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO e ACORDO DE COOPERAÇÃO);
- e. Emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral do Município acerca da possibilidade de celebração da parceria (TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO e ACORDO DE COOPERAÇÃO).
12. Caso a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria (TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO e ACORDO DE COOPERAÇÃO), o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade ao Poder Executivo (Prefeitura Municipal de IRAUCUBA/CE), na hipótese de sua extinção.
13. Será impedida de participar como gestor da parceria (TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO e ACORDO DE COOPERAÇÃO) ou como membro da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO pessoa que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL partícipes.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS


- 14.1. Constitui parte integrante deste edital os Anexos I e II.
- 14.2. O representante legal deverá manter atualizado seu cadastro junto à Prefeitura Municipal de Irauçuba-CE, conforme o caso durante todo o procedimento de Chamamento Público, bem como durante todo o prazo de vigência da parceria.
- 14.3. A Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar o presente Edital, por conveniência da Administração, sem que caiba às instituições o direito a qualquer indenização.
- 14.4. É facultado à Comissão promover diligências destinadas a esclarecer o processo, bem como, solicitar a comprovação de qualquer informação apresentada pela instituição.
- 14.5. A documentação apresentada para fins de habilitação no presente Chamamento Público fará parte dos autos e em hipótese nenhuma será devolvida à entidade.
- 14.6. A relação das entidades credenciadas será publicada em meios de comunicação oficiais.
- 14.7. O Chamamento Público de que trata este Edital não estabelece obrigação de efetiva celebração de Termo de Fomento ou Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação com as instituições credenciadas, bem como, não gera nenhuma expectativa de direito quanto à obrigatoriedade de repasse de recursos por parte da Administração Pública.
- 14.8. O Chamamento Público poderá ser anulado a qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo ou revogado por conveniência da Administração Pública, através de decisão fundamentada.
- 14.9. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria de Administração, ouvida a assessoria jurídica e/ou outros órgãos técnicos a seu critério, observando-se a legislação aplicável.
- 14.10. Eventuais dúvidas sobre o Chamamento Público poderão ser sanadas previamente junto à Secretaria de Administração, perante à Comissão de Seleção.





Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with the text 'SÃO UNICER' and '2017-2020', and another circular stamp with the text 'TCE/CEARÁ SUSTENTÁVEL'.

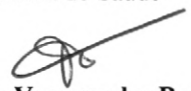
14.11. Aos casos não previstos neste edital, aplicar-se-ão os previstos na Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 29/2019, e demais legislações aplicáveis à matéria.


Iraucuba – CE, 01 de dezembro de 2022.



Janaelle Mota Oliveira
Gabinete da Prefeita


Hérica Oliveira Pinheiro
Secretária de Saúde



Alexandra Braga de Sousa
Secretária da Educação



Taylan Itallo Vasconcelos Barbosa
Secretário Interino de Administração



Marcos Thiago Ferreira da Silva
Secretário de Infraestrutura



Maria Erilene Mota de Souza
Secretária de Governo

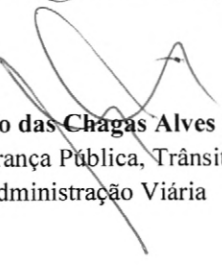

Francisco Antônio Rodrigues Silva Junior
Secretário de Desenvolvimento Econômico


Taylan Itallo Vasconcelos Barbosa
Secretário Interino de Administração


Márcia Helena Santos Barreto
Secretária de Inclusão e Promoção Social


Ana Leila Facundo da Silva Alves
Secretaria de Juventude, Cultura, Esporte e Lazer


Júlio César Brasil Costa Brasil Sobrinho
Secretário de Desenvolvimento Rural


Francisco das Chagas Alves Filho
Secretário da Segurança Pública, Trânsito, Transporte e
Administração Viária



ANEXO I
REQUERIMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

À Prefeitura Municipal de Irauçuba

Eu, _____ (Nome do representante), representante legal da
_____ (nome da OSC), localizada no endereço
_____ (endereço da sede da OSC), inscrita no CNPJ sob o nº
_____, venho solicitar seu Chamamento Público junto a essa Secretaria, nos termos do inciso
VI do art. 30 da Lei Federal nº 13.019 de 2014, incluído pela Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto
Municipal nº. 29/2019 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

IRAUCUBA/CE, _____ de XXXX de 20XX.

Representante Legal da OSC
CPF:

A collection of handwritten signatures and official stamps. The stamps include the UNICEF logo with the text 'seio unicef' and '2017-2020', and the TCE/CE logo with the text 'TCE/CE/RA' and 'SUSTENTÁVEL'.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DAS VEDAÇÕES
(Art. 39 da Lei nº 13.019/2014)

Na qualidade de representante legal da _____ (nome da OSC), DECLARO, sob as penas da Lei, para fins de comprovação junto à Administração Pública, que:

- Esta Organização da Sociedade Civil (OSC) não está omissa no dever de prestar contas de parcerias anteriormente celebradas;
- Esta OSC não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da Prefeitura Municipal de Iraucuba, estendendo-se esta vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- Esta OSC não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, sendo excetuadas as hipóteses em que foi sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, foi reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição ou a apreciação das contas, ou estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
- Esta OSC não foi punida com as seguintes sanções:
 - Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração;
 - As previstas nos incisos II e III do artigo 73 da Lei nº 13.019/2014;
 - Contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos.
- Esta OSC não tem entre seus dirigentes pessoa(s) cujas contas relativas às parcerias tenham sido julgadas irregulares por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;
- Esta OSC não tem entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- Esta OSC não tem entre seus dirigentes pessoa(s) considerada(s) responsável(s) por ato de improbidade;
- Não contratações para prestação de serviços que envolvam objeto da parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante;
- Não remuneração, a qualquer título, com os recursos repassados, de membro de Poder ou do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da administração pública celebrante;
- Não remuneração, a qualquer título, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- Não remuneração, a qualquer título, com os recursos repassados, de pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, ou por crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, ou por crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

IRAUCUBA/CE, _____ de xxxxxxx de 2022.

Representante Legal da OSC
CPF:



Centro Administrativo – Sede da Secretaria da Administração
Rua Walmar Braga, 507, Centro | Iraucuba-CE | CEP: 62.620-000



licitacao@iraucuba.ce.gov.br

[Handwritten signatures and stamps]

seio unicef
2017 - 2020

TCE/CE
SUSCITÁVEL